

Um estudo teórico na perspectiva historiográfica: articulando gênero e classe no processo de produção e reprodução da força de trabalho

**A theoretical study in historiographical perspective:
articulating gender and class in the production and reproduction of
the work force process**

*Vanessa Cristina Santos Matos**

RESUMO

O artigo propõe articular categorias essenciais para a construção do conhecimento histórico acerca das movimentações operárias, entendendo gênero como instrumento de análise que nos permite compreender as diferenças socialmente construídas entre os "sexos", que se refletem na divisão sexual do trabalho e em relações hierárquicas de poder. E classe como produto das vivências e experiências coletivas assentadas nas relações sociais de produção e reprodução.

PALAVRAS-CHAVE: história, gênero, classe, produção, reprodução.

ABSTRACT

The article proposes articulate categories essential for the construction of historical knowledge about the drives workers, understanding gender as an analytical tool that allows us to understand the differences socially constructed between the "gender", which are reflected in the sexual division of labor and hierarchical relationships of power. And class as the product of collective experiences and experiences based on social relations of production and reproduction.

KEYWORDS: history, gender, class, production, reproduction.

Produção do Conhecimento Histórico na perspectiva de Gênero e Classe

Para conhecer a dinâmica das relações de opressão e exploração (sem com isso naturalizá-las), estudiosas/os elaboraram conceitos ou categorias de análise, suporte para compreender as relações sociais humanas e os mecanismos de transformação das mesmas.

Assim, este artigo tem o objetivo de fazer reflexões teóricas sobre os caminhos percorridos pelos pesquisadores/as para pensar o cotidiano e as lutas operárias nos primeiros traçados da industrialização. Para tanto, estabelecemos a articulação de conceitos chaves como gênero e classe no contexto da produção e reprodução social da força de trabalho.

* Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia (UFBA) / Brasil.

As teóricas feministas, no decorrer de sua trajetória acadêmica, travam uma disputa demarcadamente ideológica por novas perspectivas e olhares no que tange à produção do conhecimento histórico, questionando referenciais universalizantes: o androcentrismo, a exclusão das mulheres da história e a sua condição de subordinação na sociedade. A ocupação desses espaços através de um novo campo de pesquisa mexe com as estruturas e as relações de poder acadêmicas que se baseiam na autoridade masculina, refletindo-se em novas práticas sociais: “A expansão dos estudos sobre a mulher vincula-se a uma redefinição do político ante o deslocamento do campo do poder das instituições e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano” (SAMARA; SOHIET; MATOS, 1997: 89).

A expansão dos estudos que incorporam a mulher e a categoria analítica gênero na historiografia é um fenômeno recente e está relacionada a uma dada conjuntura de lutas das mulheres, à sua inserção no mercado de trabalho, aos movimentos feministas, numa conquista do espaço público e, também, da crise de paradigmas tradicionais da escrita da história, associada às novas perspectivas que dessem conta da dinâmica das relações entre os sexos.

Este campo emergiu da constatação há negação das mulheres à história (por volta da década de 60) e ganhou maior força a partir de 1970, atrelada à explosão do feminismo, articulada ao florescimento da antropologia e da história das mentalidades, bem como da história social (com os estudos sobre a memória popular). Assim, as feministas fizeram a história das mulheres antes mesmo que as/os historiadores/as. Impulsionando debates, pouco a pouco foram se abrindo as portas dos centros universitários, aos grupos de pesquisa para abrigar reflexões e produções sobre tais questões (PRIORE, 1998: 220). A história das mulheres se deu através de contribuições recíprocas entre intelectualidade e o movimento feminista. Em meados da década de 70, o gênero já era utilizado por pesquisadoras como uma categoria analítica cercada de iniciativas para integrar-se à terminologia das Ciências Sociais. Ocorreu, portanto uma re-apropriação do termo “história das mulheres”, que caminhou para o “gênero”, o que para Joan Scott não implicou necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, não constituindo uma ofensiva ou ameaça crítica à hegemonia acadêmica, pois incluiu as mulheres sem ao menos nomeá-las. Para ela, os historiadores/as das mulheres não questionavam

explicitamente as leis da academia, pois buscavam reconhecimento como intelectuais (SCOTT, 1992a: 4). O que as pesquisadoras feministas não pretendiam fazer era caminhar na mesma direção que a história tradicional, ou mesmo fazer com que a história das mulheres mais parecesse um “adendo” à história geral feita por mulheres e totalmente à margem das produções acadêmicas. Para Mary Del Priore, a questão que necessitava ser discutida era a relação “umbilical” entre o feminismo e a história da história das mulheres, uma parte ou subproduto do outro, mas com objetos distintos.

Diante de tais impressões trazidas por Scott, já muito debatidas e questionadas, o que não podemos fazer sob hipótese alguma é minimizar o teor subversivo do que as feministas estavam propondo, pois não se tratava simplesmente de adicioná-las ou incluí-las à história, mas sim de construir um novo paradigma do conhecimento, pois ao se sugerir uma história das mulheres e posteriormente à categoria relacionais gêneros já estavam de antemão suscitando modificações para a história, questionando os parâmetros científicos definidores de quem poderia ou não ser sujeito do conhecimento, do que poderia consistir como conhecimento ou mesmo do que poderia ser conhecido (SARDENBERG, 2002: 93), assim, estávamos subvertendo as regras sobre as condições da produção do conhecimento, as suas bases conceituais e premissas epistemológicas, provocando rupturas aos padrões normativos científicos. Paralelamente, as incertezas que a história tradicional ganhava nesses tempos, devido às inflexões ainda que discretas, mas definitivas em sua trajetória, tanto na área da etnologia, quanto da história (PRIORE, 1998: 221).

Para termos uma real dimensão do que estava sendo proposto, devemos considerar a trajetória percorrida pelas feministas, os impasses e avanços conquistados sem perder de vista o diálogo permanente estabelecido entre o movimento e o pensamento feminista: a teoria e a práxis política.

Mesmo que os/as historiadores/as das mulheres não buscassem diretamente questões referentes à origem dessas desigualdades na produção do conhecimento, os seus trabalhos implicavam em entender os processos históricos construídos em que “as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram submetidas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada (...)” (SCOTT, 1992b: 23), já que as ciências reproduzem e/ou

legitimam essas assimetrias sociais.

Reivindicar a importância da trajetória da mulher na história significa ir de encontro às tradicionais abordagens históricas, romper com as “verdades” estabelecidas nas quais as ações e experiências das mulheres não poderiam ser adicionadas em forma de complemento num contexto construído sob os pressupostos do sujeito universal masculino (enquanto uma categoria homogênea), ou de forma suplementar. Em várias teses no período, historiadores recorriam a capítulos extras sobre as mulheres, numa “espécie de generosa esmola com que se premiava a nascente movimento feminista” (PRIORE, 1998: 221).

Era preciso uma redefinição teórico-metodológica que desafiasse as premissas disciplinares, que lançasse mão de uma nova leitura da realidade social, na perspectiva relacional das vivências coletivas dos sujeitos sociais, daí a origem da categoria ou leitura social de gênero.

A princípio, “gênero” foi desenvolvido e utilizado em oposição ao “sexo” para descrever o que é socialmente construído em referência ao masculino e ao feminino, e em oposição ao que é biologicamente dado. Numa rejeição explícita à idéia de fincar para a biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens (base do essencialismo). O conceito de “sexo” até então colaborava com a idéia da imutabilidade dessas diferenças e com as raras possibilidades de mudanças. No entanto, as feministas da virada da década de 60 para a de 70 se re-apropriaram do conceito de “sexo” como constitutivo do “gênero”, concebendo-o como suplementar ao conceito de sexo, incorporando o biológico como a base sobre os quais os significados socioculturais são constituídos (NICHOLSON, 2000).

Na década de 80, os estudos feministas concretizaram a incorporação do gênero no contexto da

emergência da história das mulheres como um campo de estudo que envolveu como anteriormente dito, uma “evolução” do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise (SCOTT, 1992b: 65).

É imprescindível ainda frisar que existe uma ampla literatura envolvendo o conceito de gênero, gestada nos espaços acadêmicos, nas ONGs feministas e não feministas, por entidades internacionais e no aparelho do Estado. E em decorrência dessas apropriações são dirigidas inúmeras acusações ao

esvaziamento do seu conteúdo político, adequado às mais variadas concepções ideológicas, refletindo-se na redução a depender das circunstanciais de sua potencialidade de transformação.

Já em relação ao Brasil, é somente a partir de 1987 que a proposta dos estudos feministas como “substitutivos” dos estudos das mulheres possibilitou dar maior percepção à configuração histórica das gerações do movimento feminista e à produção acadêmica, diferentemente do ocorrido nos EUA e Europa. Julia Kristeva identifica três gerações de feministas em que se dá esta articulação: a do igualitarismo, a da especificidade e/ou diferença radical e a da multiplicidade de diferenças e alteridades (MACHADO, 1992).

É importante ressaltar que o feminismo, como um movimento, social questionou a hegemonia masculina e dessa forma construiu as suas bases políticas, pautando as suas intervenções na ocupação de espaços entronizados pelo androcentrismo. A academia é um dos lócus estratégicos da luta das mulheres; por produzir e reproduzir conhecimentos, idéias, discursos que respaldam as relações desiguais de poder: invisibilizando-a e reforçando os estereótipos entre os “sexos”.

O processo de apropriação e transformação do conhecimento científico implicou na construção de trajetórias individuais e coletivas das relações de gênero, transgredindo limites e fazendo incursões em territórios “proibidos”, estabelecendo relações entre o público e privado¹, incorporando o cotidiano e, portanto, re-significando os espaços e as relações interpessoais, travando um embate, no campo das idéias e das relações sociais entre os sexos.

Sobre isso Maria Zilda Matos pontua: “Os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se em função um do outro. Esses perfis se constituem social, cultural e historicamente, num tempo e espaço e cultura determinadas (...)” (SAMARA; SOHIET; MATOS, 1997: 97). Assim, o conceito de gênero é relacional, uma maneira de indicar as construções sociais sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.

Gênero tem sido, desde 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indica uma rejeição ao

¹ O espaço público: por excelência o lugar da história, arena privilegiada das questões políticas e econômicas e esfera privada: referente ao espaço doméstico/familiar. A respeito, Céli Regina Pinto (1992).

determinismo biológico implícito no uso de termos “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais”-a criação inteiramente social das ideais sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres (SOIHET, 1997: 279).

Gênero então seria o conhecimento sobre a diferença sexual, ou seja, uma leitura social que estabelece significações às diferenças corpóreas percebidas historicamente, tratam-se, portanto de diferenças socialmente construídas sobre o “masculino” e o “feminino” que se expressam dentre outras maneiras, na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, no âmbito doméstico, na reprodução e produção, sendo, portanto, uma categoria de análise histórica, constitutiva das relações sociais.

O gênero é uma forma de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as/os historiadoras/os produzem conhecimento histórico a partir do conceito de gênero, caminham no sentido de construir novas práticas sociais, que vão se refletir gradativamente nas relações sociais entre mulheres e homens, e assim fica perceptível como a ação política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1992a).

Historicamente vivemos numa sociedade em que dominam relações de gênero patriarcais, em que as construções simbólicas e as elaborações culturais se materializam em práticas sociais hierarquizadas, no caso o masculino sobrepõe-se ao feminino, resultando numa condição de prestígio, privilégios e poder maior para os homens e numa situação de subordinação para as mulheres, que por sua vez se edifica e se reproduz em relações de trabalho, produção e reprodução baseadas na diferenciação entre os sexos. “Dessa forma, podemos pensar que as identidades sexuais não são dados inerentes à biologia dos sexos e sim construções sociais, históricas e culturalmente específicas, passíveis de transformação” (SARDENBERG, 1992). São os seres humanos que, através das condições sociais dadas e criadas no decorrer da história, constroem e compartilham experiências entre os sexos, contudo, isso se dá com premissas e em bases muito determinadas, ou seja, de acordo com os termos sociais disponíveis, e nos contextos vivenciados. Dessa forma, o gênero dá ênfase a um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado por este (SCOTT, 1992b: 5).

A categoria de análise histórica gênero é uma categoria eminentemente

interdisciplinar que possibilita o diálogo com uma diversidade de campos do saber (Ciências Sociais, Psicanálise, Linguística etc.) e a articulação com outros conceitos na perspectiva de estabelecer uma nova interpretação da realidade social, incorporando a ação de homens e mulheres em seus respectivos contextos.

O conceito de gênero como forma sócio-histórica de desigualdade entre mulheres e homens chama atenção para outras categorias de diferença que se traduzem em desigualdade, tais como raça e classe, e coloca a questão de como elas se cruzam (STOLCKE, 1991: 104).

É importante notar que a organização de gênero constrói duas visões de mundo em que a perspectiva da mulher e seus interesses divergem do ponto de vista do homem e, por conseguinte, dos interesses deste. Uma vez que essas experiências adquirem um colorido de gênero articulado com o de classe e raça, promovendo elementos comuns, mas também diferenças. O que nos permite considerar que a vida não é vivida da mesma forma pelos sujeitos históricos (SAFFIOTI, 1992: 1999).

Dessa forma, percebemos como o conceito de classe integra a categoria de gênero, para o entendimento sobre o universo de trabalho de mulheres e homens, no processo de produção, reprodução e as lutas das/os trabalhadoras/os a partir de sua condição social e histórica.

Em se tratando dos historiadores da classe operária, muitos situam a sua trajetória acadêmica entrecortada com a militante, num encontro entre a política e a academia, entre compromissos com a teoria e a prática, buscando interpretar o mundo e transformá-lo. Em função disso, a maioria dos estudos sobre a classe operária originou-se de dentro ou de áreas próxima dos movimentos operários, sendo em grande parte produzidos por lideranças dos movimentos, dirigentes sindicais ou de partidos políticos, sem ligação acadêmica. Destaco neste campo de pesquisa, o trabalho de grande valor: *A Formação da Classe Operária Inglesa* de E. P. Thompson (1987), produzido enquanto era professor de educação de adultos do movimento operário, e que somente após a publicação tornou-se professor universitário (HOBBSAWM, 1987: 16).

Hobsbawm chama a atenção para a história operária construída de dentro do movimento e, em certa medida, fora das universidades pela recorrente tendência de identificar ou confundir “classes operárias” com “movimento

operário” ou mesmo com organizações e partidos políticos o que, segundo ele, pode sucumbir à história das classes trabalhadoras a suas organizações. Outra questão levantada é referente ao papel histórico atribuído aos movimentos operários, concedendo-lhes uma importância extremada, acarretando um auto-isolamento em relação ao resto da história, e, por fim, à história clássica do movimento operário que tendeu a produzir um modelo como versão oficial da história.

A produção historiográfica sobre os movimentos operários e/ou sindicais no Brasil ganha fôlego a partir da década de 60 com os primeiros trabalhos acadêmicos. Neste primeiro momento, permeados de modelos explicativos e generalizações que não davam conta da complexidade e dinâmica dos movimentos operários e sindicais, além dos trabalhos terem como centralidade as movimentações operárias em São Paulo e Rio de Janeiro como uma espécie de paradigma da história das lutas sociais no período, o que não dialogava com as especificidades conjunturais, regionais da formação da classe trabalhadora baiana e as suas formas de intervenção social e política. Ao identificar tais lacunas historiográficas buscamos “reconstruir” as relações de gênero vivenciadas no contexto das greves em Salvador.

A história social da classe trabalhadora com o entrecortar de gênero requer a utilização de metodologias que abarquem essa concepção de história, que dialogue o geral com o específico, pois são também nas relações particulares e tão complexas que se produzem hierarquias entre os sexos, refletindo-se nas divisões e desigualdades, bem como em “vivências e experiências distintas, nos permitindo identificar necessidades e interesses diferentes ou até mesmo conflitantes entre homens e mulheres, mesmo quando membros de uma mesma classe” (SARDENBERG, 2002: 136).

Para Thompson, a classe social é resultado dessas relações sociais, das experiências que se articulam e desdobram em identidades comuns, em formas de lutas e organizações, sobretudo porque a consciência é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON, 1987). Para Hobsbawm, as relações de classe, quaisquer que sejam a sua natureza, são relações entre classes ou camadas que não podem ser analisadas isoladamente ou apenas em termos dessas divisões. O que implica o conhecimento do que são

as sociedades e de como funcionam em termos das relações estruturais.

Ao relacionar gênero e classe buscamos caminhos que nos auxiliem no processo investigativo do nosso objeto, orientando uma quebra de paradigmas ao conceber classe a partir das relações sociais de produção e reprodução, distanciando-nos de uma visão mecanicista e ortodoxa da história entendendo que uma classe constitui-se historicamente quando seus membros se identificam no contexto das relações sociais. Desta sorte, uma classe não se constitui sem sua inerente dimensão política, que consiste, basicamente, na identificação dos interesses comuns, e, mais do que isto, do antagonismo que a separa de outras classes (SAFFIOTI, 1969: 200).

O conceito de classe tem importância central na teoria marxista, a concepção de classe é o ponto de partida de um sistema teórico para compreender a luta de classes como força motriz da história. Marx em suas análises apresenta a classe operária engajada na luta contra o capital e a burguesia, estabelecendo uma distinção entre situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto é a condição de classe e a consciência de classe. Muitas questões levantadas acerca deste conceito remetem à não captação do lugar das mulheres na produção, já que as relações que forjaram a sua constituição não foram pensadas também a partir do processo de reprodução social da vida. Daí a necessidade da reinterpretação do conceito no bojo do feminismo, evidenciando de que forma este deixou essa fundamental contribuição para compreendermos a formação e a estrutura de classes.

A conceitualização marxista de classes sociais foi nos anos 70, criticada pela primeira vez do ponto de vista de gênero, mostrando como o pertencimento de classe para a mulher foi construído a partir de um referencial exclusivo, o homem (HIRATA; KERGOAT, 1988).

Na sociedade, os homens e as mulheres têm uma situação de classe a ser determinada através da sua origem, inserção social e identidade. Assim sendo, as relações de classe como as relações de sexo são relações estruturantes. Por isso, quando afirmamos que a classe operária tem dois sexos, nos referimos às relações assimétricas que se desenvolvem a partir das diferenças entre os sexos, que, por sua vez, são refletidas nas práticas sociais, na consciência, representações, nas condições de trabalho e de desemprego dos trabalhadores e das trabalhadoras e, como não poderia deixar de ser, nas formas de luta, nos conflitos e na especificidade das reivindicações (Ibidem: 93-94).

Como bem sabemos, Marx jamais escreveu de modo sistemático sobre o assunto (conceitualizou classe). Utilizando o termo em dois sentidos distintos e de acordo com o contexto, podia significar: aqueles amplos conjuntos humanos que podem ser utilizados sobre uma classificação segundo um critério objetivo, por manterem relações similares com os meios de produção, e, mais especificamente, os agrupamentos de exploradores e explorados que, por razões puramente econômicas, são encontradas em todas as sociedades humanas que ultrapassassem a fase primitiva comunal (HOBSBAWM, 1987: 34).

Com isso, não é intenção de Hobsbawm esgotar ou esvaziar o significado de classe na primeira acepção usada por Marx, mas para distingui-la da segunda, que introduz um elemento subjetivo no conceito de classe, a consciência. “Uma classe, em si acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias, como tal.” (Ibidem).

Para tanto, partimos da idéia de que a dinâmica da formação do proletariado urbano só pode ser entendida se enfocarmos os mecanismos internos de funcionamento do capitalismo e do patriarcalismo; sistema de dominação em que o homem é o centro da sociedade, ou do conjunto das relações sociais que organiza, estrutura e determina maior poder, prestígio e privilégios de um “sexo” sobre o outro, legitimando a opressão e a subordinação das mulheres. Só assim podemos entender que é da relação patriarcal articulada às relações de classe do sistema capitalista que o homem emerge como provedor; o principal ganha-pão familiar, e a mulher como trabalhadora complementar.

A relevância do entrecortar das determinações de gênero nas de classe permite-nos uma nova perspectiva sobre os caminhos percorridos pelas mulheres nas fábricas, nos sindicatos, nas greves (...), retrazando os passos da sua trajetória que o viés androcêntrico da historiografia não nos permitiu vislumbrar.

Podemos pensar a experiência de classe assim como a de gênero como instrumento para a tomada de consciência, sabendo que as mulheres e os homens vivenciam diferentemente essas experiências. Mesmo quando pertencentes a uma mesma classe social, essa compreensão deve ser entendida em termos estruturais (relação infra e superestrutura).

O sentimento de pertencimento e a consciência de classe são forjados a partir das experiências comuns, das vivências coletivas, porém distintas, da construção de sentimentos e identidades comuns entre os “sexos” na dinâmica das relações sociais de produção de bens e reprodução da vida. A classe trabalhadora é sujeito de sua própria história e, por isso, a ênfase dada à questão da experiência de classe e do fazer de uma cultura de classe.

Assim, pensar em termos de unidade de classe, só é possível ao considerarem as relações entre os sexos como relações sociais fundantes que se entrelaçam, contradizem, articulam e dinamizam todos os campos do social, atravessando e intervindo nas estruturas da sociedade, pensando as relações entre os sexos como “classistas”, assim como as de classe são “sexuadas”.

Historicamente, o movimento operário colocou a questão da opressão feminina num plano secundário, a grande causa que precisaria ser enfrentada era o fim da exploração do “homem pelo homem” e assim do antagonismo de classe. Para tanto, toda classe operária deveria estar integrada à causa comum de todo trabalhador, sobre a justificativa de garantir a unidade, desse modo, defendia-se a separação das lutas como se fosse possível tratar isoladamente das funções socialmente dirigidas ou identificadas às mulheres como esposas, mães e operárias (extensão das suas funções domésticas). Fragmentando-as, subordinando-as, definindo e legitimando a separação dos espaços privados do público e nas esferas da produção e da reprodução.

Zillah Eisenstein apesar de considerar extrema relevância à análise marxista, por esta proporcionar uma análise de classe, para a autora, as mulheres em *O Capital* não têm existência como sexo social, mas fazem parte como outras categorias do exército de reserva industrial², invisibilizadas em todo o processo necessário à renovação da força de trabalho e reprodução do capital. Em seus estudos a autora articula dois sistemas: patriarcado e capitalismo, utilizando-se da expressão “patriarcado capitalista”, “para acentuar uma relação dialética que se reforça mutuamente entre a estrutura de classes capitalista e a estruturação sexual hierarquizada” (EISENSTEIN, 1980: 15). A compreensão desta interdependência é importante para compreender de que forma se articulam e se reproduzem as assimetrias sociais entre os sexos.

² “Superpopulação relativa criada pelo capital e que, ao mesmo tempo, não era por ele incorporada produtivamente” (PENA, 1981: 18).

O patriarcado está entronizado nas práticas sociais e, mesmo sendo um sistema anterior ao capitalismo, é parte constitutiva de um macro-sistema que reedifica as desigualdades de classe, gênero, raça e geração. O capitalismo não gerou o patriarcalismo, mas ele o utiliza, alimenta e reforça na sua estrutura de relações desiguais de poder, fazendo-o parte de sua própria dinâmica. Sem com isso querer estabelecer nas análises qualquer tipo de hierarquia ou determinismo entre o capitalismo e o patriarcado.

O diálogo com as fontes empíricas e a bibliografia sobre gênero e classe pressupõe dar voz aos historicamente oprimidos e silenciados, o que implica em olhar, ouvir e escrever sobre os processos históricos enfocando as relações entre mulheres e homens, identificando o papel da classe trabalhadora a partir da incorporação destes sujeitos sociais, relacionando a sua constituição histórica, a sua realidade e assim identificando a sua capacidade de organização, mobilização e transformação da realidade social, sua percepção de mundo e mecanismos de resistências e luta.

Produção e Reprodução: faces de um mesmo processo

Este debate teórico é resultado de uma inquietação acadêmica, ou seja, da necessidade de refletir sobre a condição de opressão e exploração, universal e histórica das mulheres trabalhadoras a partir da análise dos mecanismos sociais que legitimam as relações de desigualdades entre os “sexos”. Articular e analisar produção e reprodução são centrais na medida em que consistem em trabalhar simultaneamente dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classe (opressão e exploração). Neste sentido, partimos do entendimento que qualquer análise que problematize os mecanismos que legitimam a subordinação de um “sexo” por outro, de uma classe por outra tem como ponto de partida a história, forjada pelos sujeitos em seu processo de socialização e construção das práticas sociais. Assim, pensamos que homens e mulheres são seres sociais determinados pela história das relações sociais e por eles/as próprios criadas, onde a conformação corpórea natural é condição necessária, porém não suficiente à constituição deste como ser humano. O que nos orienta a compreender que a humanização do ser biológico só se dá dentro da sociedade e pela sociedade (MARX; ENGELS, 1998: 25). Ou seja, é num

processo de construção social, de vivências/experiências coletivas, que nos tornamos mulheres e homens, definimos papéis elaborados a partir das diferenças percebidas e que se reproduzem nas assimetrias entre os sexos. Sobre esta questão Joan Scott pontua:

A história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual. As representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente (SCOTT, 1994: 13).

Partindo do referencial teórico marxista, entendemos que de acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata, sendo a produção e a reprodução de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, higiene, habitação etc., e, de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie (ENGELS, 2002: 10). A produção ou trabalho produtivo está relacionado às atividades de produção de bens materiais e serviços, atividades estas necessárias ao processo de produção ou que o prolongam na esfera da circulação: transporte, manutenção (armazenamento) e distribuição e que são criadoras de valor e mais-valia. A reprodução, por sua vez, está associada ao conjunto de atividades com o objetivo de produzir as condições para que as pessoas nasçam, se desenvolvam e envelheçam. Assim, o trabalho doméstico é por excelência uma atividade reprodutiva, pois é um serviço que envolve força de trabalho, possui horário e horas extras, ritmo próprio e gasto de energia, mas que não tem valor social e de mercado, ingrediente essencial da produção capitalista. A partição desigual dos sexos na reprodução traduz uma divisão sexual que estrutura as relações entre os sexos designando prioritariamente às mulheres à atividade reprodutiva acompanhada de sua exclusão ou inviabilidade do campo sócio-político (COMBES; HAICAULT, 1987: 26).

Mesmo considerando a existência histórica de uma organização social prévia, os seres humanos possuem autonomia para forjar as condições necessárias para que as mudanças aconteçam. Dessa forma, os sujeitos sociais ao passo que produzem os meios necessários à sua sobrevivência perpetuam-se através da reprodução, na medida em que a reprodução da espécie pode orientar mudanças no processo produtivo, pelas necessidades criadas pelo convívio social. Portanto, todo processo de produção é ao mesmo tempo um

processo de reprodução social. Podemos assim considerar que o ser social objetiva-se através da produção e reprodução da sua existência, e estes processos, por sua vez, mesmo sendo autônomos, são indissociáveis, mutuamente constitutivos, um definidor do outro.

Nos estudos sobre o sistema de relações humanas, estamos tratando de dinâmicas sociais complexas, onde relação pode significar contradição, antagonismo, disputas pelo poder, conflitos, numa perspectiva relacional/dialética, implicando numa recusa em hierarquizar essas relações sociais.

É fato que ninguém pode questionar que os “sexos” são distintos na constituição biológica. As mulheres amamentam e dão a luz aos filhos e esse fato tem conseqüências importantes na vida social. Mas a observação por si só das diferenças físicas nos informa pouca coisa sobre o mundo social onde vivemos; o sexo é o significado social das diferenças anatômicas entre macho e fêmea no contexto das relações de gênero. Contudo, o sexo não define o gênero, mas o constitui, haja vista que em toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, já que as mulheres estão sempre presentes na produção e na reprodução. Historicamente, associa-se o sexo/biologia/natureza às mulheres e o cultural/social aos homens, identificando-as pelo caráter biológico às funções reprodutivas.

As análises marxistas proporcionam um estudo da exploração humana por apresentar uma perspectiva de classe necessária para o estudo das relações de poder, e por desenvolver um método de análise histórico e dialético (EISENSTEIN, 1980: 17), construindo uma ontologia revolucionária da classe trabalhadora. Embora a “exploração seja um conceito-chave para o marxismo, base da relação antagônica entre as classes, o mesmo é insuficiente para mostrar a opressão sofrida pelas mulheres” (HIRATA; KERGOAT, 1988: 94).

O marxismo não construiu uma teoria que dialogasse produção e reprodução, pois deixou de lado a análise dos processos internos da família, que geram a mercadoria: força de trabalho, impedindo a construção de uma explicação satisfatória do uso da força de trabalho feminina para expandir a mais-valia, já que de acordo com *O Capital* a manutenção e reprodução da classe trabalhadora é uma condição necessária à reprodução do capital (Ibidem: 94).

Os estudos feministas marxistas identificam essas lacunas nas análises, apropriando-se de sua teoria através de outro olhar, pois não existe possibilidade de projetar mecanicamente ou mesmo de aplicar conceitos marxistas oriundos da análise do trabalho assalariado nas sociedades capitalistas. Para ir além, seria necessário partir do estudo do próprio trabalho doméstico, de como a família organiza os recursos procriativos das mulheres que consistem em mecanismos de operação de reprodução da força de trabalho e das relações sociais e, portanto, do processo de acumulação capitalista. Só assim compreenderemos os instrumentos de opressão e construiremos os meios para a libertação das mulheres. Dessa forma, consideramos a articulação entre estas análises fonte de inspiração para interpretar a realidade e transformá-la em si, tratando da condição feminina como força de trabalho nas sociedades capitalistas.

Nessa perspectiva buscamos redefinir o sujeito social que precisava ser incorporado e analisado a partir do seu lugar de classe e de gênero, fazendo a ressalva de que hoje as feministas não mais procuram respostas sobre as origens da subordinação feminina. Refletir sobre tais questões ainda pode ser o ponto de partida embora tenham como objetivo estratégico entender de que forma os instrumentos de opressão constituíram-se historicamente para perpetuar as desigualdades.

No que se refere ao modelo de família (principalmente a operária) e a sua estrutura patriarcal, chamamos a atenção para o fato de que este não foi criado pelo capital, no entanto se serviu das construções de gênero dominantes para, assim, explorar o trabalho das mulheres em sua dupla jornada de trabalho. O capitalismo apenas re-significou o caráter da família, mantendo a essência social dos membros desta a partir da sua lógica. O trabalho doméstico, por sua vez, se relaciona à produção da mercadoria força de trabalho, já que a mesma (família) é a unidade onde a atividade reprodutiva é executada e é para quem é destinado, sendo uma instituição historicamente constituída e sujeita a transformações em sua organização (PENA, 1981), ou seja, estruturada distintamente em diferentes momentos históricos.

A burguesia, ao conquistar uma posição social hegemônica, tratou de universalizar as suas regras de conduta e os seus códigos civis cujo objetivo era proteger o *status quo*, tornando-os pouco a pouco a lei obrigatória para as

outras camadas da população (Ibidem). Nota-se que as idéias da classe dominante são dominantes em cada época, tomando proporções de verdades coletivas, tendo validade para toda a sociedade, sobretudo para as classes a serem submetidas (MARX; ENGELS, 1998). Referindo-nos à ideologia da classe dominante, devemos associá-la a um modelo de organização social de gênero, na sociedade, na família, no trabalho, por meio do qual o poder também é articulado.

Em relação aos paradigmas iluministas constitutivos de uma nova concepção de mundo, legitimadora do ascenso burguês, estabeleceu-se que as relações hierárquicas entre os sexos fossem definidas como parte da ordem natural das coisas. As mulheres foram nomeadas como parte da natureza, estando, portanto, destinadas ao mundo interior, enquanto o homem ao mundo exterior, estruturando-se uma dicotomia: mulher/natureza, homem/cultura (ÁVILA, 2001: 19-20), definindo-se uma distinção dos espaços sociais: o público e o privado.

A ideologia patriarcal, dessa forma, reforçou as representações do feminino caracterizando-a como frágil, moralmente fraca, vil, incapaz, intelectualmente pouco dotada e, reforçando uma inclinação natural para a família, os ideólogos burgueses se esforçaram “cientificamente” em explicar a inferioridade das mulheres, afirmando que o estado de humilhação destas na sociedade se explica por suas particularidades biológicas (ALEMBERT, 1986: 3). Pioneiro da teoria política moderna, John Locke argumentava contra o poder absoluto do rei e a favor das relações contratuais livres entre homens, no entanto não incluiu as mulheres como integrantes da sociedade civil, e justificava que o lugar desta por natureza era o lar, onde estaria subordinada à autoridade e ao julgamento do homem (NYE, 1995: 19-20). Rousseau também sentenciou as mulheres a estarem destinadas à reprodução e não à vida pública. Consideradas sedutoras, vãs e ardilosas as mulheres deveriam ser educadas para servir aos homens e à família, cabendo a estes governar essas frívolas criaturas (Ibidem). Em contrapartida, as representações masculinas foram construídas pautadas na força, virilidade, capacidade de comando (autoridade) e inteligência para legitimar a sua dominação, a ocupação destes no espaço público e as relações desiguais de poder. Essas relações hierárquicas de gênero, assim como a hegemonia de classe, foram promovidas pelos organismos ou

entidades responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias (família, igreja, organizações profissionais, meios de comunicação etc.), que trataram de construir no imaginário coletivo um modelo, seguido de uma padronização das relações sociais que se tornou a norma para toda a sociedade e que foi introjetada no cotidiano das classes trabalhadoras e por estas internalizadas.

Assim, os membros das famílias das classes trabalhadoras (homens, mulheres e crianças) foram recrutados para o processo produtivo, vivenciando uma realidade de salários baixos, precárias condições de trabalho, autoritarismo patronal, moradias inadequadas dentre outras questões. O capitalismo seguindo a sua dinâmica de expansão descobriu pelas condições criadas/alimentadas por ele mesmo uma mina de ouro a ser explorada: o trabalho feminino cujo efeito podia ser sentido na redefinição das formas de diferenciação social a partir dos sexos, influenciando na estrutura da força de trabalho.

De poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a máquina transformou-se imediatamente, em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador sem distinção de sexo e idade sob o domínio direto do capital (MARX, 1984: 50).

À medida que a capacidade produtiva fabril se expandia, a burguesia se apropriava das riquezas e buscava mecanismos de reprodução de sua ideologia, cristalizando as relações de trabalho, em que a demanda crescente de mão-de-obra barata deslocava a mulher do “mundo” privado para incorporá-la ao mercado de trabalho a partir da sua dupla determinação de gênero e de classe. Diante disso, não podemos deixar de registrar o papel social feminino de produtora e reprodutora da força de trabalho: como a responsável pelos trabalhos domésticos (manutenção da casa, conservação dos alimentos e cuidado com os filhos), cumprindo assim uma dupla jornada de trabalho: a privada e a pública.

Partimos do entendimento de que a participação da mulher como força de trabalho não depende exclusivamente dos mecanismos internos da produção capitalista, fatores referentes à articulação deste na produção social, realizado no âmbito doméstico como elementos fundamentais na caracterização do trabalho feminino. Podemos considerar que o capital se beneficiou da exploração direta do trabalho feminino doméstico e extra-lar para pagar-lhes salários inferiores aos dos homens, o que contribuiu para a desvalorização da força de trabalho como um todo (SARDENBERG, 2000: 29), ou seja, redefiniu

as formas de diferenciação social entre os sexos na estrutura produtiva. A sociedade capitalista tratou o emprego de mulheres e crianças como complementar, o que teve como consequência direta a queda geral dos salários pagos aos/as trabalhadores/as.

“O avanço da máquina capitalista criou uma tensão real na distribuição do tempo diário entre o seu uso para a produção econômica e sua utilização pra reprodução social, física e mental” (DEDECCA, 2004). A centralidade dessa questão podia ser sentida pela utilização de instrumentos de regulação e padronização do cotidiano de trabalho e familiar. Os espaços, unidades e modalidades concretas da reprodução, tornaram-se parte integrante da luta de classes, do controle que foi exercido pela classe dominante através de uma tentativa de organização das condições de moradia e de vida da classe trabalhadora, moralizando, disciplinando e moldando o/a operário/a, no âmbito de uma família, adequada à exploração, e, de forma inseparável, à opressão específica das mulheres na produção e na reprodução (COMBES; HAICAULT, 1987: 27).

Devemos considerar que para o capitalista nunca existiu uma dissociação entre produção e reprodução, pois esta também é um processo contínuo de produção de mercadoria: a força de trabalho, vendida pelos/as trabalhadores/as em troca de um salário, que é o preço de seu trabalho, e que é determinada pelos meios de subsistência necessários à sua renovação e perpetuação através da procriação. Tratada como uma mercadoria, a força de trabalho não é produzida como as outras mercadorias, já que a reprodução desta é resultado do trabalho doméstico, do papel exercido pela mulher que não é assalariado, mas que é parte do processo de produção.

A força de trabalho possui a propriedade particular de ser uma força criadora de valor, ao passo que também é uma fonte viva que atribui valor através da quantidade de trabalho socialmente necessário, incorporada a uma determinada mercadoria (MARX, 1980: 13). Saffioti reforça em suas análises o caráter essencialmente humano da força de trabalho, considerando que através das relações sociais são produzidas não apenas as mercadorias, mas também sentimentos de toda ordem (amor, ódio, desejo, tristeza), assim como se forjam expectativas de vida que podem se desdobrar em laços de solidariedade, hostilidade, em defesa da liberdade, opressão e luta pela emancipação. Por sua

vez, Marx caracteriza a força de trabalho da seguinte forma:

O possuidor da força de trabalho é um ser mortal. Portanto, para que sua presença no mercado seja contínua, como requer a transformação contínua de dinheiro em capital, é necessário que o vendedor da força de trabalho se perpetue, como se perpetua todo ser vivente, pela procriação. A soma dos meios de vida dos substitutos, isto é, dos filhos dos operários, para que esta raça especial de possuidores de mercadorias possa perpetuar-se no mercado. (MARX apud LEITE, 1984: 50).

Saffioti critica Marx e Engels, assim como os seus seguidores, por investirem no estudo do ser humano como força de trabalho, descurando-o como protagonista de outros papéis sociais. Para que a produção dos homens seja situada no nível da produção de mercadorias é preciso partir de uma perspectiva de desconstrução da subordinação de um processo ao outro, além de abolir a dicotomia razão e emoção, incorporando a subjetividade e os sentimentos à força de trabalho que incorpora essa gama de emoções e conflitos na produção de mercadorias, da mesma forma que o ato da reprodução não é exclusivamente um ato de amor, mas também um ato racional. Para a autora, não faz sentido afirmar que a produção de mercadorias é presidida pela razão e a produção dos seres humanos pela emoção, já que ambas estão presentes em qualquer ação humana, sendo faces de um mesmo processo de produzir a vida (SAFFIOTI, 1992: 2002).

A reprodução do capital, assim como de seres humanos, é parte integrante da luta de classes, ao mesmo tempo da luta pela igualdade de gênero. O capitalismo caracterizou-se pela permanente mutação e pela lógica da acumulação permanente de capital, pela exploração, desumanização da força de trabalho e por uma demarcada divisão sexual do trabalho, diante do projeto hegemônico de sociedade e das contradições próprias de um sistema que reforça as assimetrias sociais. A burguesia lança mão de uma organização da produção que submete a reprodução (através dos mecanismos de controle), estabelecendo regulamentos internos nas fábricas e nas vilas operárias.

Os componentes da ideologia patriarcal orientam as relações cotidianas entre homens e mulheres no trabalho, na família, na política e na sociedade como um todo (SAFFIOTI, 1975: 287), atribuindo papéis sociais a partir das relações de poder dominantes, legitimadas pelos estereótipos constituídos para as mulheres em contraposição aos dos homens, que tomaram proporções universais e absolutas. É um falso consenso forjado a partir da naturalização das

diferenças e que tem como objetivo garantir a manutenção da “ordem social”. Dessa forma, a ideologia dominante busca encobrir as verdadeiras relações de dominação/subordinação e, portanto, os efeitos da exploração/opressão em nossa sociedade (LEITE, 1984: 77). Descortinar a mística feminina³, que estabelece padrões, modelos, conceitos, representações e mitos, que orientam e configuram a identidade de toda a mulher nos permite desmontar/desarticular a dominação de gênero.

Marx disse que o Estado é o órgão de dominação da classe dominante revestido de uma aparência ideológica, que cria uma falsa ilusão de defesa dos interesses comuns com a finalidade de dissolver as contradições de classe e conter as tensões sociais. (MARX; ENGELS, 1998: 31) Assim, o Estado é, portanto, uma entidade representativa do exercício de dominação e de relações de poder desiguais cristalizadas numa ideologia de exploração de uma classe por outra, e da opressão de um gênero por outro, garantindo a hegemonia através das suas ações no campo da macro-política. No entanto, mesmo estando a serviço de uma classe, esta dominação não se mantém apenas pela força e pela coerção legal, pois para que esta seja sutil e eficaz, deve ser orientada por um consenso no interior da sociedade. Dessa forma, Gramsci amplia a concepção de Estado em Marx, compreendendo a partir da combinação entre a sociedade política e a sociedade civil,⁴ em que este não é apenas coação, mas também direção intelectual e moral, visando o consenso, identificando o político com o coercitivo e considerando a sociedade civil como zona de hegemonia, nas quais as superestruturas culturais e ideológicas produzem a adesão ao consentimento, ou seja, constroem os mecanismos que legitimam o exercício do poder da classe dominante e das relações de gênero assentadas nas desigualdades.

O Estado na sociedade capitalista possui uma intervenção tentacular e multiforme que se assenhora das esferas de habitação, educação, saúde etc., mantendo e desenvolvendo um aparelho policial e judicial (normas legislativas)

³ Refere-se à forma como socialmente foi construído o caráter feminino: a sua adaptabilidade ao mundo privado e a sua docilidade quando eventualmente a mulher se incorpora ao mercado de trabalho formal. Consultar Maria Valeria Junho Pena (1981: 16).

⁴ A sociedade política (Estado-coerção), formada pelos mecanismos que garantem o monopólio da força pela classe dominante e a sociedade civil, formada pelo conjunto dos organismos responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, composto pelo sistema escolar, igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações profissionais e culturais (revistas, jornais, meios de comunicação de massa, etc.). E o espaço privilegiado de contra-hegemonia e acúmulo de forças. Ver Emir Sader (1992).

para garantir a hegemonia burguesa. E a família é, de forma indissociável, resultado deste Estado: expressão do sistema patriarcal e da dominação capitalista que produz suportes ideológicos, morais e simbólicos, reforçando a superexploração das mulheres indiscriminadamente; permitindo a interiorização das normas sociais de sexo e classe. Dessa forma, concluímos que a religião, a educação, a ciência, e a política são organismos que criam concepções normativas que se expressam, dentre outras maneiras, nas representações do cotidiano: em categorizações do feminino e do masculino e nas hierarquizações das relações de gênero e classe, nos espaços de reprodução e produção.

A partir desta separação em dois universos, é que vai se desenvolver o processo histórico de recrutamento e “treinamento” da força de trabalho, sobretudo nas fábricas com grande concentração feminina (têxteis, vestuário e toucador). No caso da industrialização baiana, esta se assentou num modelo agrário-exportador, tendo como matriz a sociedade escravagista. Assim, primeiro a escravidão depois a miséria arrastavam as famílias (homens, mulheres e crianças) para as fábricas, estabelecendo um caráter ideológico pautado no sistema patriarcal com relações opressivas e de intensa exploração.

Bibliografia

ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo: o ponto de vista marxista*/Zuleika Alembert. São Paulo: Nobel, 1986.

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. IN: _____. (org.) *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*. Recife: SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2001.

BATALHA, Cláudio H. M. *O Movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BORIS, Fausto. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1983.

COMBES, Daniele e HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. IN: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. (org.). *O Sexo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 2, N. 2, 1994.

_____. *Cotidiano e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEDECCA, Cláudio et all. Tempo, Trabalho e Gênero. IN: COSTA, Ana; OLIVEIRA, Eleonora; LIMA, Maria Ednalva. *Reconfiguração das relações de gênero e trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

EISENSTEIN, Zillah R. *Hacia el desarrollo de una teoría de patriarcado capitalista y o feminismo socialista*. IN: _____ (org.). *Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista*. México, DF: Siglo XXI, 1980, pp. 17.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.

SADER, Emir, (org.). *Gramsci: Sobre poder, política e partido*. Tradução Eliana Aguiar. 2^a- Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

HARAWAI, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, nº 22, Campinas, 2004.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A Classe Operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOLLONTAI, Alexandra. *A Crise da Família. Marxismo e Revolução Sexual*. São Paulo: Global, 1982.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A Operária Metalúrgica*. 2^a- ed. São Paulo: Cortez, 1984.

LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de Massas, Partido e Sindicato*. São Paulo: Kairós, 1979.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. v.8, n. 2, 2000.

NYE, Andréa. Liberté, égalité et fraternité: liberalismo e direitos das mulheres no século XIX. IN: _____. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. IN: BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MARX, Karl. *O Capital*. 3.^a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____ e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 2^a- ed. São Paulo: 1998.

PAMPLONA, Marco A. A historiografia sobre o protesto popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. *Revista Estudos Históricas*, nº 17. CPDOC FGV, Rio de Janeiro, 1996.

PENA, Maria Valeria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINTO, Céli Regina. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto Sujeito político. IN: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de Gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: as vozes do silêncio. IN: FREITAS, Marcos César (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Epistemologia Feminista, Gênero e História*. IN: PEDRO, Joana M. e GROSSI, Miriam P. (orgs.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

ROSALDO, Michele. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. IN: ROSALDO, Michele e LAMPHERE, Louise (orgs.). *A mulher, a Cultura e a Sociedade*, 1979.

RUBIM, Antonio Albino e RUBIM, Jorge Canelas. As Lutas Operárias na Bahia (1917-1921). *Caderno do CEAS*. Salvador, n.º. 80, julho/agosto de 1982.

SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na sociedade de Classes: Mito e Realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

_____. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOHIET, Raquel e MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo, EDUC, 1997.

SARDENBERG, Cecília M. B. *O Enfoque de Gênero: Fundamentos Teóricos e Aspectos Práticos*. Salvador: NEIM/UFBA, 1992.

_____. Um Diálogo Possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. IN: MOTTA, Alda; SARDENBERG, Cecília; Márcia (orgs.). *Um diálogo com Simone de BEAUVOIR e Outras Falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 1999.

_____ e COSTA, Ana Alice A. Feminismos, Feministas e Movimentos sociais. IN: BRANDÃO, Margarida e BINGHEMER, Maria Clara (orgs.), *Mulher e Relações de Gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

SARDENBERG, C. M. B.; REIS, H. R.; FERREIRA, F.; e BONFIM, T. Mulheres e Sindicatos: presença feminina no sintêxtil-Ba nos anos 50. IN: SARDENBERG, C; VANIN, I e ARAS, L. (org.) *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2001.

SACKS, Karen. Engels Revisitado: a Mulher, a organização da Produção e a Propriedade Privada. IN: ROSALDO, Michele e LAMPHERE, Louise (orgs.). *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCOTT, Joan Wallach *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1992.

_____. El problema da invisibilidade. IN: ESCANDON, Carmem Ramos (org.). *Gênero e história: la historiografia sobre la mujer*. México: Instituto Mora, 1992.

_____. Gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n.º. 3, Campinas, 1994.

_____. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. (Cap. 1 Relendo a história do feminismo). Florianópolis: Mulheres, 2002.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. IN. CARDOSO, Ciro Flamarion e

Vanessa Cristina Santos Matos

Um estudo teórico na perspectiva historiográfica: articulando gênero e classe ...

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, São Paulo, n. 20, 1991.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP: Salvador: EDUFBA, 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Colaboração recebida em 28/07/2008 e aprovada em 23/11/2008.